Em março de 2017, **Ana**, **Bernardete** e **Carolina**, juristas, decidiram formar uma sociedade para exercerem em conjunto a atividade de tradução jurídica, a que deram o nome “Traduz direito, Lda.”. No objeto social, previa-se ainda a possibilidade de exercer a atividade de advocacia, apesar de nenhuma das sócias ser advogada. O capital social foi fixado em € 5.000,00, sendo que **Ana** cumpriu a sua obrigação de entrada através de uma contribuição de € 2.500,00, **Bernardete** ficou obrigada a entrar também com € 2.500,00, que deveriam ser pagos até um prazo máximo de 10 anos, e **Carolina**, que sabia falar proficientemente seis línguas, deveria contribuir com as traduções que viesse a realizar. Cada uma das sócias teria direito a um terço dos lucros e das perdas. **Carolina** foi designada gerente.

O pedido de registo comercial do contrato de sociedade foi recusado, mas as três sócias continuaram a exercer a sua atividade em conjunto nos termos acordados no contrato.

Responda **fundamentadamente** às seguintes questões:

1. Que motivo(s) pode a Conservatória de Registo Comercial ter invocado para recusar o registo do contrato de sociedade? (4 v.)

- Referência às fases do processo de formação de uma sociedade, bem como aos elementos essenciais do contrato de sociedade (9.º CSC)

- Os alunos deveriam indicar e analisar as potenciais causas de nulidade do contrato de sociedade (nos termos do art.º 48.º/1, d) CRCCom, deve ser recusado o registo de atos manifestamente nulos):

- ilicitude do objeto (11.º CSC): objeto não pode integrar o exercício da atividade de advocacia, exclusivo de advogados e sociedades de advogados, sendo por isso contrário à lei e fora do âmbito da capacidade da sociedade, nos termos do art.º 6.º/1, *in fine* CSC; valorização da referência ao art.º 42.º/1, c), por se tratar de uma causa de nulidade invocável mesmo após o registo

- violação do art.º 202.º/1 CSC: não são permitidas sócias de indústria nas sociedade por quotas (como era o caso, o que é decorrência da firma utilizada Lda, nos termos do 200.º/1 CSC); valorização da referência ao art.º 42.º/1, b), *in fine*, dado que

não foi prevista a atribuição de participação social e correspondente valor da entrada da sócia Carolina

- quanto ao diferimento da entrada de Bernardete: há violação do art.º 203.º/1 CSC, mas a cláusula é redutível (nulidade parcial quanto aos 5 anos em excesso), não se tratando de um caso de ausência total de valor da entrada ou da respetiva prestação (42.º/1. b), *in fine* CSC)

- Referência ao regime aplicável às nulidades do contrato, em particular, os art.ºs 41.º e 52.º CSC

2. Em janeiro de 2020, **Ana** comprou a **Daniela**, em nome da “Traduz direito, Lda”, 100% das participações sociais da sociedade “Jusinforma, Lda”, que detinha a patente de um programa de inteligência artificial aplicado ao Direito. Por considerar que se tratou de um bom negócio, **Carolina** não levantou problemas por **Ana** não a ter consultado previamente. Contudo, uma vez que a “Traduz direito, Lda” ficou desfalcada financeiramente com a aquisição, decidiu-se que a “Jusinforma, Lda” teria de conceder um crédito de € 50.000,00 à sociedade-mãe. O gerente da “Jusinforma, Lda” recusou-se a assinar o negócio de concessão do crédito, por o considerar contrário à lei. *Quid juris?* (6 v.)

- Em primeiro lugar, deveria mencionar-se que, sendo a “Jusinforma” detida exclusivamente por uma sócia (primeiro por Daniela, depois pela “Traduz direito, Lda”), a respetiva firma deveria incluir a menção à unipessoalidade (270.º-B CSC)

- Quanto ao negócio de aquisição das participações sociais da “Jusinforma”:

- Ana, sócia, não tem poderes de vinculação da sociedade, salvo se tiver procuração para o efeito, pois não é a gerente (260.º/1 CSC): há falta de poderes de representação e conseqüente ineficácia do negócio; Carolina, enquanto gerente, tinha de ratificar o negócio para que produzisse efeitos; no enunciado, apenas se diz que “Carolina não levantou problemas...”, o que aponta para a mera inação/falta de reação; porém, Carolina e a “Traduz direito, Lda” passam a tomar decisões sobre a sociedade adquirida, pelo que se pode concluir ter havido ratificação tácita

- a possibilidade de aquisição de participações sociais em sociedades com objeto distinto do da “Traduz direito, Lda” não estava contemplada no contrato de sociedade, pelo que o negócio é nulo (11.º/5 CSC), salvo se tivesse havido alteração do contrato de sociedade (85.º ss. e 265.º ss. CSC)

- Quanto à concessão de crédito:

- discussão quanto à eventual contrariedade à lei ou mesmo incapacidade da sociedade para conceder crédito gratuitamente (i.e., sem juros remuneratórios): discutir, quanto à (in)capacidade de gozo, se vigora um princípio de limitação segundo um intuito lucrativo, excluindo do seu âmbito os atos gratuitos, salvo as exceções previstas no art.º 6.º/2 e 3 CSC; discutir se, não apenas quanto às garantias (6.º/3), mas também, por maioria de razão, quanto aos créditos concedidos pela sociedade-filha, o crédito aqui em causa, que se tratou de um crédito “upstream” (da sociedade-filha para a sociedade-mãe) viola a norma imperativa, conforme a posição defendida pela doutrina que entende que só os créditos e garantias prestadas “downstream” (da sociedade-mãe para a sociedade-filha) se encontram excecionados na 2.ª parte do art.º 6.º/3 CSC, ou se a exceção se aplica em ambos os casos, expondo os argumentos das duas posições controvertidas

- Valorização da referências às consequências da nulidade do contrato de sociedade da “Traduz direito, Lda” no que toca ao negócio de aquisição da “Jusinforma”, à luz do art.º 52.º/2 e 3 CSC

3. Suponha que, na primeira assembleia geral anual, as sócias aprovaram unanimemente as contas, que expressavam um resultado líquido positivo de € 15.000,00, e deliberaram distribuir € 5.000,00 de lucro a cada uma. A deliberação era válida? (4 v.)

- Referência ao procedimento de convocação e realização da AG ordinária, bem como das suas funções, i.e., a ordem do dia obrigatória, nomeadamente para aprovação de contas e orçamento (376.º, ex vi 248.º/1 CSC)

Cômputo dos lucros distribuíveis à luz dos artigos 32.º e 33.º (princípio da conservação do capital social e respetivas funções): haveria que deduzir aos €15.000 de resultado positivo do ano o montante a afetar à reserva mínima legal (esta no valor de 2.500 €, de acordo com o 218.º, n.º 2), o qual quedaria em € 750 (1/20 de 15.000), nos termos do art.º 295.º, n.º 1, ex vi art.º 218.º, n.º 2 CSC. Portanto, o lucro distribuível nunca poderia ser superior a €14.250, a dividir pelas três acionistas. Assim, a deliberação é nula, nos termos do art.º 56.º, n.º 1, d).

- Análise dos art.ºs 34.º (regime dos bens indevidamente recebidos por sócios) e dos art.ºs 57.º e 60.º (regime de invalidade da deliberação, incluindo papel do órgão de fiscalização).

4. Em outubro de 2021, **Carolina** convocou uma assembleia geral extraordinária, por via de e-mail enviado a **Ana** e **Bernardete** três dias antes da data indicada para a realização da assembleia, a fim de se deliberar sobre a exigência do montante da obrigação de entrada ainda devido por **Bernardete**, face às dificuldades financeiras então enfrentadas pela sociedade. A deliberação foi aprovada com os votos favoráveis de **Carolina** e **Ana**. Porém, embora interpelada para o efeito várias vezes nas semanas seguintes, **Bernardete** não efetuou o pagamento dos € 1.000,00 ainda por saldar a título de entrada. Em consequência, **Carolina** e **Ana** reuniram novamente, sem nada dizerem a **Bernardete**, e deliberaram excluí-la da sociedade. *Quid juris?* (5 v.)

- Violação das regras de convocação quanto à entidade competente (gerente), forma (carta registada) e antecedência mínima (15 dias): 248.º/3 CSC. Em consequência, a deliberação é nula (56.º/1, a) e 56.º/2 CSC), salvo se verificados os requisitos para uma AG universal (54.º/1), aplicando-se o regime de sanção do 56.º/3 CSC

- Embora, como vimos, o prazo de diferimento do cumprimento da entrada não possa ser superior a 5 anos (203.º/1 CSC), podendo a prestação ser exigível decorrido esse período, o mesmo ainda não se tinha completado no caso. Logo, a prestação era ainda inexigível na sua totalidade. A sócia Bernardete não podia, pois, ser excluída nos termos do art.º 204.º CSC. Além disso, só entraria em mora depois de prazo entre 30 e 60 dias após interpelação (203.º/2 CSC). E ainda haveria a referir que, mesmo que já houvesse incumprimento, a sócia podia solicitar a perda de apenas parte da sua participação, proporcionalmente ao valor em falta, nos termos do art.º 204.º/2 e 4 CSC.

- A segunda deliberação (de exclusão de Bernardete), além de enfermar dos vícios referidos no ponto anterior, padecia ainda igualmente do vício de falta de convocação (de Bernardete), sendo nula nos termos do nula art.º 56.º/1, a) CSC ou anulável nos termos do art.º 58.º/1, a), se se considerar que não houve falta total de convocação subsumível ao art.º 56.º/1, a) CSC, mas apenas quanto a uma das sócias.

Ponderação global: **1 v.**